

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



Ata da 5ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Bragança Paulista/SP, em 05/05/06

<b>Relação dos Membros dos Plenários - Presentes</b>	
Entidade	Nome
4ª Cia. Polícia Ambiental	Fernando Carlos Civolani
ABCON	Enio Antonio Campana
AEAA da Região Bragantina	João Roberto Miranda
ASSEMAE	Alberto José Mendes Gomes Hugo Marcos Piffer Leme Telma C. C. Meneses
BRACELPA	Eduardo Lovo Paschoalotti
CETESB	Jorge Luis Silva Rocco
CIESP - Jundiá	Roberto Polga
CODASP	Antonio Carlos Scomparim
CODEN	Arlindo Donato dos Santos
Consórcio PCJ	Marcelo Alexandre Costa Batista
DAE Americana	Cláudio Rodrigues Amarante
DAEE	Luiz Roberto Moretti
ELO Ambiental	Cláudia Grabher
ESALQ - USP	Marcos Vinicius Folegatti
FEAM-MG	Carmen Lúcia Santos Silveira
FIESP	Antonio Luiz Valezi
Fórum Sociedades Civas	Walter Antonio Becari
Fundação Florestal	Márcia Calamari
GRUDE	Geraldo Baptista
IGAM-MG	Paulo Teodoro de Carvalho
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
P.M. de Americana	Cláudio Rodrigues Amarante
P.M. de Artur Nogueira	Edson Antonio Sacilotto
P.M. de Atibaia	Carlos Roberto Belani Gravina José Roberto Tricoli
P.M. de Bom Jesus dos P.	José Vicente do Prado
P.M. de Bragança Paulista	Antonio Pádua Oliveira Mello João Afonso Solis
P.M. de Campinas	Maria Fernanda Chiochetti
P.M. de Campo Limpo Pta	Marilda de Moraes Ferreira
P.M. de Cordeirópolis	Luiz Carlos da Silva
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Indaiatuba	Lucidalva Luz dos Santos
P.M. de Itatiba	José Roberto Fumach
P.M. de Jaguariúna	Dimas Lúcio Pires
P.M. de Jarinú	Vanderlei Gerez Rodrigues
P.M. de Joanópolis	José Garcia da Costa
P.M. de Limeira	Richard Drago
P.M. de Louveira	José Maria Drezza
P.M. de Mairiporã	José Luiz G. de Moraes
P.M. de Mombuca	José Roberto C. Santos
P.M. de Monte Alegre do Sul	Vanderlei Jose Brolesi
P.M. de Monte Mor	Leonel Melichenco
P.M. de Morungaba	Nílce Rosa Cavallini Sabino
P.M. de Nazaré Paulista	Mario Antonio Pinheiro
P.M. de Nova Odessa	Carlos Augusto dos Santos
P.M. de Pedreira	Hamilton Bernardes Junior José Moretti Neto
P.M. de Pinhalzinho	Adilson Donizeti de Souza
P.M. de Piracaia	Terezinha das Graças Peçanha
P.M. de Piracicaba	Vlamiir Augusto Schiavuzzo
P.M. de Rio Claro	Jayme de Oliveira Campos
P.M. de Rio das Pedras	Marco Antonio Montagnani
P.M. de Salinho	Carlos Alberto Lisi
P.M. de Salto	Marcio Mendes da Silva
P.M. de Santa Gertrudes	José Augusto Barros Seydell
P.M. de Sta Maria da Serra	Persão Magossi
P.M. de Santo Antonio de P.	André Alves Barbosa
P.M. de Socorro	Marcos José Lomonico
P.M. de Vargem	Sérgio Alexandre Coutinho
P.M. de Várzea Paulista	Gregório Gomes da Silva
Piracicaba 2010	Ayri S. Rando
SAA	Emílio Sakai
SABESP	Milton Angelo Negrini

Secretaria Assistência Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
Secretaria da Fazenda	Tabir Pirajá de Macedo Filho
Secretaria da Saúde	Marcos César Prado
Secretaria de Economia	Ester Aparecida Viana
Secretaria dos Transportes	Marcelo Poci Bandeira
SERHS	Luiz Roberto Moretti Rui Brasil Assis
SINCAF	Carlos Alberto Mota
Sind. Rural de Campinas	Nelson Luiz Neves Barbosa
Sind. Rural de Extrema	Dionísio A. Fulop
SMA	Jorge Luis Silva Rocco
SORIDEMA	Harold G. Fowler
SRH-MMA	Márley Caetano de Mendonça
Terceira Via	Edwaldo Luiz de Oliveira
UNICA	André Elia Neto
UNICAMP	José Teixeira Filho

<b>Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada</b>	
Entidade	Nome
AEAL	Angelo Petto Neto
AEAP	Carlos Consolmagno
CIESP - Piracicaba	Homero Scarso
Ministério da Saúde	Jonny Ferreira dos Santos
P.M. de Jundiá	Ary Fossen
Sind. Rural de Piracicaba	José Rodolfo Penatti
Sind. Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
SMA	Lina Maria Aché

Aos 5 dias do mês de maio de 2006, nas dependências do Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista/SP, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), registrando-se a participação de 163 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme “*Relação dos Membros dos Plenários - Presentes*” apresentada, e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Rui Brasil Assis (SERHS); Francisco Lahóz (Coordenador Geral da Agência PCJ); José Roberto Fumach (Prefeito de Itatiba e Presidente do Consórcio PCJ); João Afonso Solis (Prefeito de Bragança Paulista); José Roberto Tricoli (Prefeito de Atibaia e Presidente dos Comitês PCJ); Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ); Eduardo Lovo Paschoalotti (Vice-presidente dos Comitês PCJ); Claudio Antonio de Mauro (Ex-presidente dos Comitês PCJ) e Paulo Teodoro de Carvalho (IGAM) **2. Abertura:** Dando início à reunião, o sr. Moretti convidou a todos os componentes da mesa para tomarem seus lugares e a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. Após, foi passada a palavra ao Prefeito de Bragança Paulista, município anfitrião, para as saudações iniciais. O Sr. João Afonso Solis agradeceu a presença de todos e manifestou votos para que a reunião fosse bastante proveitosa. Na sequência, o Prefeito de Atibaia e Presidente dos Comitês PCJ, Sr. Tricoli,

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



### Ata da 5ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Bragança Paulista/SP, em 05/05/06

35 agradeceu a presença de todos, abriu a reunião e devolveu a palavra ao sr. Moretti para divulgar os  
informes da Secretaria Executiva. **3. Informes: 3.1. da Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti informou sobre a  
aprovação da Lei Estadual paulista nº 12.183/05, de  
40 29/12/05, que aprovou a implantação da cobrança pelo uso dos recursos nas bacias hidrográficas de domínio do Estado de São Paulo, e a promulgação do Decreto Estadual paulista nº 50.667/06, de 30/03/06, que regulamenta a lei em mencionada. Explicou, também, a diferença entre corpos hídricos de domínio da União e dos Estados. **3.2. do CEPAM:** O Sr. Agnaldo Catanoe informou sobre o lançamento da 2ª etapa do Programa de Gestão Municipal dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ, sua origem e os municípios participantes da 1ª etapa e os inscritos na 2ª etapa. Informou, ainda, que  
50 faltam formalizar (assinar o termo de participação no Programa) os municípios de Analândia, Capivari, Corumbataí, Cosmópolis, Itirapina, Jundiá, Louveira, Paulínia, Pinhalzinho, Sumaré, Toledo e Várzea Paulista. **3.3. da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento:** O Sr. Rui Brasil informou que a partir do ano de 2007 os Proponentes Tomadores deverão encaminhar suas propostas ao FEHIDRO por meio do Sistema de Proposta Eletrônica, que está com sua elaboração na fase final. Ressaltou que somente serão  
60 aceitos os pedidos neste formato e a implantação de tal sistema eliminará vários documentos solicitados hoje, agilizando o andamento do pedido nos Comitês e na SE-Cofehidro. Parabenizou a todos pelo trabalho realizado, que resultou na deliberação de recursos oriundos da cobrança federal, ressaltando que o trabalho, agora, está voltado, após a aprovação da lei e do decreto paulista, para a implantação da cobrança estadual em São Paulo. **3.4. da Agência PCJ:** O Sr. Francisco Lahóz, Coordenador Geral da Agência PCJ, informou sobre o repasse da ANA para a conta da Agência, no dia  
70 26/04/05, no valor de R\$ 2,580 milhões referente à arrecadação com a cobrança nas bacias PCJ nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2006. Falou que a Agência PCJ está programando um ciclo de debates e cursos de capacitação para captação de recursos voltados para os interessados em buscar recursos no exercício de 2007. Citou o sucesso das parcerias que a Agência PCJ vem buscando firmar com os órgãos de gestão de recursos hídricos estaduais (DAEE em SP e IGAM em  
80 MG). Informou, também, que o Presidente do Consórcio PCJ, Sr. José Fumach, abriu negociação com o BID e BNDES visando ampliação dos recursos a serem aplicados nas bacias PCJ. **4. Assuntos a Deliberar:** O sr. Moretti informou a todos o pleno estabelecimento do quorum e relacionou as entidades que estavam representadas na reunião e devolveu a palavra ao presidente dos Comitês PCJ para prosseguimento da reunião. **4.1. Leitura e Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês PCJ:** O presidente dos Comitês PCJ, Sr. Tricoli, passou a tratar do item da pauta referente à leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês PCJ,

realizada em Limeira-SP, em 30/11/05. Não havendo manifestações dos Plenários, foi colocada em votação a  
95 aprovada por unanimidade. **4.2. Minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 163/2006: “Referenda Ato do sr. Presidente do CBH-PCJ, tomados por meio de Deliberação “Ad Referendum”:** O sr. Moretti explicou que a minuta de deliberação em pauta foi elaborada para referendar a Deliberação CBH-PCJ “Ad-Referendum” nº  
100 162/06, de 10/04/06, que tinha a finalidade de indicar o empreendimento da Prefeitura Municipal de Jaguariúna para contratação, fazendo a adequação de valores, atendendo às exigências do Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO. Destacou que o empreendimento já havia sido aprovado em 2002 e aquela deliberação era necessária para “formalizar” a indicação ao FEHIDRO. O Sr. Tricoli coloca a minuta em processo de votação e não havendo nenhuma  
110 manifestação de contrariedade ou abstenção, a minuta de deliberação foi aprovada por unanimidade. **4.3. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 037/2006: “Referenda Atos do sr. Presidente dos Comitês PCJ, tomados por meio de Deliberações “Ad Referendum”:** O sr. Moretti explica que as Deliberações “Ad-Referendum” foram necessárias para agilizar os trabalhos relacionados ao FEHIDRO. A Deliberação 034/06 foi para ajustar o limite de contrapartida. A Deliberação 035/06 tratava da implementação da contribuição regional voluntária. A Deliberação 036/06 corrigia o anexo I da Deliberação 033/05, sobre a inclusão de ações em sub-programas do Plano de Bacias 2004/2007, que ficaram faltando quando da publicação da Deliberação que aprovou o plano em  
125 questão. Aberta a palavra aos Plenários e não havendo manifestações, o Sr. Tricoli colocou a minuta da deliberação em processo de votação. Não havendo manifestações contrárias ou abstenções, a minuta da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 037/2006 foi  
130 aprovada por unanimidade. **4.4. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 038/2006: “Hierarquização e indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO e da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União localizados nas bacias PCJ – Cobrança PCJ, referentes ao exercício de 2006, e dá outras providências”:** O Sr. Moretti iniciou sua explicação detalhando o calendário aprovado pela Deliberação Conjunta 033/05. Detalhou os recursos financeiros repassados para os Comitês PCJ, oriundos do FEHIDRO e das previsões de arrecadação da Cobrança PCJ em 2006, com respectivos descontos de custeio (Agência PCJ e Agentes Técnico e Financeiro, no caso da Cobrança PCJ), informando os saldos para investimentos nos empreendimentos dos Grupos 1 e 2, respectivamente. Citou que os valores apresentados como estimativos de arrecadação da cobrança, em 2006, previam uma inadimplência de 5%, mas que, até o final do 1º trimestre, a inadimplência computada foi de 3%. Informou que houve 100 empreendimentos pré-inscritos e, após a pré-análise

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



### Ata da 5ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Bragança Paulista/SP, em 05/05/06

pelos agentes técnicos, apenas 82 estavam aptos a prosseguir no processo, sendo que desses, apenas 71 efetivaram a inscrição. Após a análise mais minuciosa do GT-Fehidro/Cobrança e a priorização pelos municípios que possuíam quantidade superior a 2 empreendimentos hierarquizados (Artigo 3º do Anexo I da Deliberação Conjunta 033/05) realizada na 16ª Reunião Ordinária da CT-PL, na FEAGRI/Campinas, em 20/04/06, foram hierarquizados 58 empreendimentos, dos quais 20 foram indicados para contratação de recursos do FEHIDRO (Anexo I), 18 foram indicados para contratação com recursos da Cobrança PCJ (Anexo II) e 20 ficaram aguardando futuras liberações de recursos do FEHIDRO ou Cobrança PCJ, no exercício de 2006, para serem indicados (Anexo III). Reforçou que os empreendimentos indicados para contratação com recursos da Cobrança PCJ somente serão contratados após o efetivo depósito (repasse) da ANA para a conta da Agência PCJ, diferentemente dos recursos do FEHIDRO que já se encontravam disponíveis para contratação dos empreendimentos indicados naquela data. Destacou que o item 1 do Quadro I: “Empreendimento de Caráter Excepcional e Prioritário”, do Anexo I, era uma proposta do Consórcio PCJ, feita durante a reunião da CT-PL que elaborou a presente minuta de deliberação, para substituição do empreendimento “Aproveitamentos Hidráulicos na Bacia do Rio Camanducaia”, que havia sido inscrito e hierarquizado como de caráter regional, mas que a CT-PL, junto com o Consórcio PCJ julgavam, naquele momento, que era necessário um melhor amadurecimento daquele projeto na CT-MH e consideravam, entretanto, de extrema urgência a adequação do cadastro de usuários de recursos hídricos disponível no DAEE e na CETESB para se implementar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, já no início de 2007. Tal procedimento se justificava em função da aprovação do Decreto 50.667/06, somente em março/2006, após o período de inscrições em questão. Destacou que a proposta de substituição do objeto foi aprovada por unanimidade na CT-PL. Relatou que a indicação de um dos empreendimentos de caráter regional (do CENA/USP), no valor de R\$ 179 mil, teve que ser cancelada, pois o candidato a Tomador não dispunha de uma CND válida. Explicou sobre a necessidade do Plenário deliberar sobre esse recurso e expôs que as alternativas eram: indicar o 1º suplente do Anexo III ou acrescentar o valor correspondente ao projeto de caráter excepcional e prioritário (cadastro de usuários visando a cobrança estadual) para obter um cadastro mais detalhado (quesitos quantidade e qualidade), que foi defendida pelo Sr. Paschoalotti. Leu o documento apresentado à mesa que foi assinado por várias entidades (prefeituras, ONGs, serviços de água, etc.) que solicitavam a criação de um grupo para reavaliar os critérios de pontuação e hierarquização para o exercício de 2007. Tal documento baseava-se no fato de, praticamente, todos os projetos de educação ambiental e reflorestamento ciliar hierarquizados, não terem sido indicados para contratação, ficando na condição de suplentes, aguardando futuras disponibilidades de recursos. Como coordenador da CT-PL, o Sr. Moretti comprometeu-se a colocar o assunto em pauta já na próxima reunião da câmara, agendada para 31/05/06. Feitos todos esses esclarecimentos, passou a palavra para o Sr. Tricoli para prosseguimento, que abriu a palavra para os Plenários. Diante do saldo de R\$ 179 mil (cancelamento do empreendimento do CENA do grupo de caráter regional), o Sr. Nelson Barbosa solicitou que o projeto hierarquizado na 14ª posição do Anexo III (suplentes), que tinha como Tomador o Sindicato Rural de Campinas, enquadrado no Grupo 2, fosse transferido para o grupo de empreendimentos de caráter regional, para utilização do saldo em questão, pois considerava-o como de âmbito regional. O Sr. Tricoli explicou que tal procedimento contrariaria as regras estabelecidas pela Deliberação 033/05 dos Comitês PCJ sendo que, havendo esse entendimento por parte do Tomador, este deveria ter efetuado o protocolo do projeto como sendo de caráter regional e não como sendo do grupo 2. Destacou, contudo, que os Plenários PCJ eram soberanos para quebrar as regras previamente estabelecidas, se esse fosse o entendimento dos seus membros. Mesmo após várias manifestações contrárias a tal mudança, todas ressaltando que esse procedimento não se adequava às regras pré-estabelecidas, regras essas que todos os proponentes tomadores obedeceram. A pedido do Sr. Nelson Barbosa, o Sr. Tricoli encaminhou como proposta de votação a mudança do empreendimento suplente nº 14, do Anexo III, para o rol de empreendimentos de caráter regional no Anexo I, que resultou em 51 votos contra a mudança e 1 voto a favor. A prefeita do Município de Piracaia/SP também manifestou sua insatisfação com a classificação do empreendimento “Canalização do Rio Cachoeira na Zona Urbana de Piracaia”, da Prefeitura de Piracaia, hierarquizado como 12ª suplente no Anexo III. Argumentou que a obra é uma continuidade de trabalhos efetuados com recursos do próprio FEHIDRO, com benefícios regionais para a bacia, mas que não foi analisado como tal. Explicou o Sr. Moretti que a análise é feita de acordo com a caracterização informada pelo Proponente Tomador e que, infelizmente, os recursos não eram suficientes para contemplar todos os projetos hierarquizados. Após as explanações, o Sr. Tricoli comprometeu-se a encaminhar o pleito da prefeita para a CT-PL para que, no próximo ano, o pleito seja analisado como de caráter regional. O Sr. Paschoalotti retirou sua proposta de manter o saldo disponível (decorrente do cancelamento da indicação do empreendimento do CENA/USP) no grupo de empreendimentos de caráter regional, mais especificamente para aplicação no projeto de “cadastramento dos usuários”, apoiando que o saldo fosse utilizado na contratação dos empreendimentos classificados como suplentes. O Sr. Moretti manifestou-se informando que além do saldo do cancelamento do

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



**Ata da 5ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Bragança Paulista/SP, em 05/05/06**

- 270 CENA/USP, estavam para ser liberados mais R\$ 134 mil, do FEHIDRO, decorrentes de cancelamentos de empreendimentos indicados em anos anteriores pelos Comitês PCJ. Sugeriu que as contratações dos suplentes, conforme a disponibilidade dos recursos, fossem feitas
- 275 através de Deliberação “ad referendum”, conforme contava no § 1º do artigo 3º. Nada mais havendo, o Sr. Tricoli colocou a minuta de deliberação em votação, que foi aprovada por unanimidade. Após a votação, o Sr. Rui Brasil pediu a palavra e argumentando que 2006 trata-se
- 280 de ano eleitoral e que, nesses casos, o tempo decorrido da indicação até a efetiva contratação ser geralmente grande, sugeriu que a Agência PCJ deveria buscar entendimentos com a Caixa Econômica Federal - CEF no sentido de inserir no seu contrato uma cláusula de
- 285 “garantia” e já iniciar a contratação de todos os empreendimentos indicados no Anexo II, mesmo sem a efetiva disponibilidade dos recursos. Argumentou que este procedimento já vem sendo adotado no CEIVAP. Tanto o presidente do Consórcio PCJ, Sr. Fumach, como
- 290 o Coordenador Geral da Agência PCJ, Sr. Lahóz, apoiaram a proposta e se comprometeram a tentar um entendimento com a CEF nesse sentido. Esgotadas as sugestões e manifestações dos Plenários sobre a proposta apresentada pelo Sr. Rui Brasil, o Sr. Tricoli colocou-a
- 295 em votação, sendo aprovada por unanimidade. Para finalizar, o Sr. Moretti pediu a palavra para informar a todos os tomadores que tiveram seus pleitos aprovados para indicação ao FEHIDRO e Cobrança PCJ que era necessário a apresentação, de mais 2 vias de todos os
- 300 documentos protocolados no ato da inscrição, até o dia 12/05/06, às 17:00, na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ e que o não cumprimento dessa regra (alínea “g” do artigo 1º da Deliberação 33/06) implicava no cancelamento da indicação e o repasse do recursos para
- 305 o suplente seguinte (anexo III). **4.5. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 039/2006: “Define procedimento para envio, ao DAIA/SMA, de manifestação dos Comitês PCJ sobre o empreendimento “Villa Trump”:** O Sr. Moretti lembrou
- 310 os presentes sobre o termo de cooperação entre o DAIA e os Comitês PCJ que estabelece prazo de 6 meses para manifestação dos Comitês PCJ sobre os pedidos do DAIA. Informou, ainda, que ocorreu a entrada, na Secretaria Executiva, no final do mês de novembro de
- 315 2005, para manifestação dos Comitês PCJ, o empreendimento Villa Trump, em Itatiba. Complementou que o GT-Empreendimentos já realizou um seminário sobre o assunto e que as câmaras técnicas estão trabalhando nos pareceres para encaminhamento à
- 320 CT-PL. Para ocorrer deliberação sobre o parecer final da CT-PL, seria necessário uma próxima reunião plenária no prazo máximo de 25 dias, ou seja, até 31/05/06, sendo que não haveria tempo hábil entre a elaboração do parecer final pela CT-PL e essa reunião plenária com
- 325 prazo para a convocação, nesse espaço de 25 dias (de 05/05/06 a 31/05/06), motivo pela qual solicita aprovação do plenário para que a manifestação ao DAIA seja feita por meio de deliberação “ad referendum”, após
- 330 a conclusão do parecer pela CT-PL. O sr. Tricoli abriu a palavra para a manifestação dos Plenários PCJ e, esgotadas as manifestações, ele colocou a minuta da deliberação em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade. **4.6. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 040/2006: “Aprova Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso firmado entre a SABESP e os municípios dos Comitês PCJ”:** O Sr. Moretti iniciou explicando que no processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira, uma das condicionantes para a renovação da outorga era que os
- 340 municípios das Bacias PCJ assinassem um termo de compromisso para executarem uma série de ações até o final do ano de 2005. Esclareceu que vários municípios assinaram o termo no final de 2004, outros em 2005 e alguns no início de 2006, sendo que estes últimos já assinaram o termo com “o prazo vencido”. Levado o caso para a CT-PL, foi consensado pelos membros da Câmara que deveria ser feito um Termo Aditivo, ajustando os prazos para esses casos específicos. Destacou que o Termo Aditivo apresentado já foi
- 350 aprovado pela Sabesp e pelo DAEE. Após a explanação, o Sr. Tricoli abriu a palavra ao plenário. Sem manifestações, a minuta da deliberação foi colocada em votação e foi aprovada por unanimidade. **4.7. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 041/2006: “Altera a composição da Câmara Técnica de Planejamento”:** O Sr. Moretti esclareceu a todos que a CT-PL possui uma composição diferenciada das demais CTs, sendo composta pelos 4 segmentos e estes com igual número de votos. Esclareceu, também, que de acordo com a regra (artigo 13 do Anexo I da deliberação conjunta 010/04) representantes de 4 vagas estavam na condição de excluídos, sendo eles: 1 vaga do segmento
- 360 órgãos da União (Ministério da Saúde / SHR-MMA); 2 vagas do segmento municípios (Rio Claro / Analândia e Várzea Paulista / Indaiatuba) e 1 vaga do segmento sociedade civil (Preservação / Inevat). A proposta da CT-PL é que o Plenário dos Comitês PCJ decida pela recondução das entidades citadas ou indicação de novos representantes, observando que as novas indicações devem, obrigatoriamente, pertencer aos Plenários PCJ. O Sr. Tricoli abriu a palavra e após várias manifestações colocou em votação a proposta de permanência dos membros apresentados na condução de excluídos. Os Plenários dos Comitês PCJ optaram por fazer novas
- 375 indicações para as vagas, impossibilitando aqueles que foram excluídos de participarem. Iniciou-se o processo de composição, havendo, também, novas manifestações sobre a forma de composição. Após as manifestações, para o segmento municípios, optou-se pelo critério adotados pelos prefeitos no dia da eleição dos atuais membros da CT-PL, em Jundiá, no dia 31/03/05, ou seja, que permaneceria a representatividade por sub-bacia. Após as composições e indicações, o preenchimento das vagas foi proposto, pelos respectivos
- 380 segmentos, da seguinte forma: 1) órgãos da união: indicação posterior, pois somente um representante estava presente e na condição de “entidade excluída”; 2)

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



### Ata da 5ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Bragança Paulista/SP, em 05/05/06

390 municípios: na vaga 1 (bacia do rio Corumbataí) o  
município de Piracicaba titular e Santa Gertrudes o  
suplente e na vaga 2 (bacia do rio Jundiá) o município  
de Salto como titular e Campo Limpo Paulista como  
suplente; e, 3) na sociedade civil: titularidade e suplência  
com a Associação dos Engenheiros, Arquitetos,  
Agrônomos da Região Bragantina. O Sr. Tricoli colocou  
395 a minuta da deliberação com as indicações feitas em  
votação, que teve sua aprovação com 1 voto contrário.  
**4.8. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês  
PCJ nº 042/2006: “Indica estimativa de valor de  
arrecadação da cobrança pelo uso de recursos hídricos  
de domínio da União, para o exercício de 2007”:** O Sr.  
400 Moretti explicou que, para a Agência nacional de Águas  
- ANA colocar na sua previsão orçamentária o repasse  
dos recursos financeiros para a Agência PCJ, exercício  
de 2007, é necessário que os Comitês PCJ informem os  
405 valores previstos de arrecadação naquele ano. Esse  
procedimento deve ser feito até o final de do 1º semestre  
e como não haverá, provavelmente, nova reunião  
plenária dos Comitês PCJ com tempo hábil para esse  
procedimento, a CT-PL aprovou a proposta da Agência  
410 PCJ de encaminhar, já nesta reunião, para que fosse  
deliberada e encaminhada à ANA, a proposta de  
previsão orçamentária para 2007 no valor global de R\$  
18 milhões, que descontados os recursos das possíveis  
inadimplências, atingiria a cifra de R\$ 14 milhões para  
415 investimentos em 2007. O Sr. Tricoli perguntou se havia  
questionamentos ou necessidade de esclarecimentos  
adicionais e não havendo manifestações, a proposta de  
deliberação foi colocada em votação e aprovada por  
unanimidade. **4.9. Minuta de Moção 001/06 sobre  
420 medidas para a implementação da cobrança estadual  
em 2007:** O Sr. Moretti apresentou a minuta de Moção  
que, após alguns considerandos, continha o seguinte  
texto principal: “Os Comitês das Bacias Hidrográficas  
dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Comitês PCJ,  
425 reunidos em 5 de maio de 2006, na cidade de Bragança  
Paulista-SP, em sua 5ª Reunião Ordinária Conjunta,  
deliberaram, por unanimidade, apresentar esta **MOÇÃO**

aos Excelentíssimos Senhores *Mauro Guilherme Jardim  
Arce*, Secretário de Estado de Energia, Recursos  
430 Hídricos e Saneamento e Presidente do Conselho  
Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo – CRH,  
*Ricardo Daruiz Borsari*, Superintendente do  
Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE e  
*Otávio Okano*, Presidente da Companhia de Tecnologia  
435 de Saneamento Ambiental – CETESB,  
**SOLICITANDO**, respeitosamente, que sejam adotadas  
as medidas cabíveis para que se possa implantar a  
cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do  
Estado de São Paulo nos corpos hídricos situados nas  
440 bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e  
Jundiá, a partir de janeiro de 2007 e com valores de  
cobrança equivalentes àqueles cobrados dos usuários dos  
corpos hídricos de domínio da União.”. O Sr. Tricoli  
abriu a palavra ao plenário para manifestações. O Sr. Rui  
445 Brasil manifestou-se informando que todos os  
procedimentos necessários para a implementação da  
cobrança estadual já estão sendo executados no âmbito  
do governo do estado, mais especificamente na  
Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento  
450 e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, mas que  
mesmo assim apoia a Moção dos Comitês. O Sr. Jorge  
Rocco solicitou que fosse incluída na Moção a Secretaria  
de Meio Ambiente, uma vez que ela também faz parte  
do processo. Não havendo mais manifestações, o Sr.  
455 Tricoli colocou em votação a Moção 001/06, que teve  
sua aprovação por unanimidade. **5. Manifestação de  
Autoridades.** O Sr. João Afonso Solis, Prefeito de  
Bragança Paulista, agradeceu a presença de todos na  
reunião, informando sobre os eventos que estavam sendo  
460 realizados no município, convidando a todos para  
participar. **6. Encerramento:** Não havendo mais pedidos  
de manifestação, o Presidente dos Comitês PCJ, José  
Roberto Tricoli, agradeceu a presença de todos, em  
especial ao Prefeito de Bragança Paulista pela acolhida,  
465 aos membros e convidados dos Comitês PCJ, e deu por  
encerrada a reunião.

LUIZ ROBERTO MORETTI  
Secretário-executivo  
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

JOSÉ ROBERTO TRICOLI  
Presidente  
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

SÉRGIO ANTONIO GONÇALVES  
3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

SEBASTIÃO ANTONIO CAMARGO ROSSI  
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI  
Vice-presidente do CBH-PCJ e  
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL